

ATA N.º 22/2016:

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 6 DE OUTUBRO DE 2016:

No dia seis de outubro de dois mil e dezasseis, pelas dezasseis horas e quinze minutos, no Auditório da Biblioteca Municipal de Palmela, reuniu, ordinariamente, a Câmara Municipal, sob a Presidência de Álvaro Manuel Balseiro Amaro, Presidente, encontrando-se presentes os Vereadores António Manuel da Silva Braz, Adília Maria Prates Candeias, Adilo Oliveira Costa, Pedro Gonçalo da Ponte Marques Taleço, Luís Miguel Reinho de Oliveira Calha, Eduardo Alexandre Godinho Ferro, Fernanda Manuela Almeida Pésinho e Cristina Maria de Carvalho Baptista Vasques Rodrigues.

O **Sr. Presidente** regista que, na sequência do pedido de substituição para esta reunião, apresentado pela Sra. Vereadora Maria da Natividade Charneca Coelho, é a mesma substituída pelo Sr. António Manuel da Silva Braz. (Anexos a esta ata como documento n.º 1)

O **Sr. Presidente** regista, também, que na sequência do pedido de substituição para esta reunião, apresentado pelo Sr. Vereador Paulo Jorge Simões Ribeiro, é o mesmo substituído pelo Sr. Eduardo Alexandre Godinho Ferro. (Anexos a esta ata como documento n.º 2)

Os pontos que constituem a Ordem do Dia desta reunião são os seguintes:

PONTO 1 – Atribuição de apoio financeiro às associações culturais do concelho com formação musical – Sociedade Filarmónica Palmelense “Loureiros”

PONTO 2 – Atribuição de apoio financeiro às associações culturais do concelho com formação musical

PONTO 3 – Atribuição de apoio financeiro à Associação das Festas de Quinta do Anjo para realização da 260.ª edição da Festa de Todos os Santos

PONTO 4 – Alteração do Protocolo de Cooperação entre a Câmara Municipal de Palmela e a FIAR – Associação Cultural

PONTO 5 – Contratos Programa de Desenvolvimento Desportivo entre o Município de Palmela e o Grupo Desportivo Estrelas de Algruz e a União Desportiva da Palhota

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente coloca a votação à admissão, no Período Antes da Ordem do Dia, o seguinte documento:

. Moção (Pela suspensão da comparticipação no Fundo de Apoio Municipal)

Aprovada, por unanimidade, a admissão da Moção no Período Antes da Ordem do Dia.

O **Sr. Presidente** passa à leitura da Moção:

MOÇÃO (Pela suspensão da comparticipação no Fundo de Apoio Municipal)

(A Moção a seguir transcrita contém as alterações, conforme discussão havida)

"O regime jurídico da recuperação financeira dos municípios, vertido na Lei 53/2014, de 25 de agosto, aprovou a regulamentação do Fundo de Apoio aos Municípios (FAM) com o objetivo de cobrar às Câmaras Municipais, ao longo de sete anos, um montante, sob a forma de aplicação financeira, para auxílio aos municípios endividados.

O Município de Palmela, no tempo previsto de vigência do FAM, deverá realizar um total de 1.759.786,00 euros, através de contribuições anuais no valor de 251.398 euros, pagáveis em duas tranches, o que significa que, até à data, foram pagos 377.067 euros.

Assente num modelo de mutualização da dívida, com a participação dos municípios e do Estado Central, em 50 por cento cada, o FAM tem sido pago pelas autarquias, sem que haja, até hoje, conhecimento concreto dos seus efeitos na regularização de situações financeiras do escasso número de câmaras municipais beneficiadas, das cerca de duas dezenas que se candidataram a este financiamento.

Os Municípios, que contestaram, desde o início, a criação do FAM, vêem-se, desta forma, privados de recursos necessários ao investimento nos seus territórios, através de uma imposição de um regime que obriga à redução das transferências provenientes do Orçamento de Estado, interfere na sua autonomia financeira e reduz a capacidade de investimento do poder local, num momento em que são forçados a recorrer a empréstimos para as suas candidaturas no âmbito dos Fundos Comunitários.

Reunida em sessão pública, a 6 de outubro de 2016, a Câmara Municipal de Palmela **delibera:**

- Exigir a suspensão da comparticipação dos municípios no FAM, tendo em conta que o capital acumulado ultrapassa largamente as necessidades que levaram à sua criação;
- Exigir a antecipação da devolução aos municípios do capital e os respetivos juros a partir de 2017;
- Enviar a presente Moção para:
 - . Presidente da Assembleia da República;
 - . Primeiro-ministro;
 - . Ministro -adjunto;
 - . Secretário de Estado das Autarquias Locais;
 - . Grupos Parlamentares;
 - . Associação Nacional de Municípios Portugueses;
 - . Conselho Metropolitano de Lisboa – AML;
 - . Assembleia Municipal de Palmela;
 - . Juntas de Freguesia do Concelho;
 - . Comunicação Social.”

Sobre a Moção (Pela suspensão da comparticipação no Fundo de Apoio Municipal) intervêm:

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** menciona que vai inferir a posição dos/a Eleitos/a do PS em relação Moção em apreço:

. Gostariam mais que a presente Moção incidisse em alterações e/ou ajustamentos e não numa suspensão da comparticipação do Fundo de Apoio Municipal (FAM). Prossequindo este raciocínio não pode deixar de reconhecer que, segundo indicações que existem à data, existem 15 pedidos de acesso ao FAM, sendo que 12 deles já foram aprovados. Há, de facto, uma certa necessidade para os municípios que se candidataram ao FAM. Não persiste dúvida alguma de que, não pode haver uma suspensão, sem que exista a figura da substituição da solução. Esta é a primeira linha do que lhes apraz registar;

. Em relação à segunda linha de raciocínio, tem a adiantar que existem atualmente no mercado privado condições mais favoráveis de financiamento do que as do próprio FAM. Os/a Vereadores/a do PS não têm dificuldade em acompanhar a CDU para o “lado” do capital, mas não deve haver dúvidas quais são as condições do mercado. Esta é a realidade. Não faz sentido estar a penalizar as autarquias. É uma lei que “perdeu” e que foi instituída por Passos Coelho em 2015. É preciso mencionar o seguinte: ele (Passos Coelho – Primeiro-ministro) não preconizava outra solução de que não fosse a de serem as autarquias a resolver a crise. E, as

autarquias realmente ajudaram e ajudam a resolver a crise e têm tido uma postura que, se fosse aplicável àquilo que é a governação central, em toda a sua medida, certamente o país estaria em melhor situação; pelo menos, com mais critério no gasto da despesa. Opinam que não existe, nesta altura, muito que sustente esta lei. Os/A Vereadores/a do PS vão acompanhar esta Moção, no sentido da suspensão com as alterações que o Sr. Presidente já indicou. Não restam dúvidas que, para estes 15 pedidos de acesso ao FAM, dos quais 12 já foram aprovados, tem de existir uma solução. Essa solução vai ter de ser aprovada pelo Tribunal de Contas e tem de ser tutelada em termos da administração central, porque, caso contrário, não estão a falar mais do que de uma mera autorização para contraírem dívida para pagar às câmaras municipais, porque o FAM só serve para pagamentos em atraso a credores, enquanto o financiamento privado serve para “tudo” – investimento privado, pagamento de dívida, e até para algumas tentações em ano de eleições. E acrescenta: *“tudo pode acontecer no panorama de muitas autarquias”*.

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** conclui dizendo que os/a Vereadores/a do PS nesta autarquia vão acompanhar com o voto favorável a presente Moção. E explana que não tem sentido estar a descapitalizar autarquias quando o mercado e os bancos oferecem taxas de juros bem mais apelativas, pelo que são a favor da renovação da presente lei, por forma a encontrar-se uma solução mais justa e equilibrada. O primeiro passo será a suspensão da comparticipação no FAM para, a seguir, dar azo a uma solução diferente.

O **Sr. Vereador Adilo Costa** começa por chamar a atenção para o valor que foi pago pelo Município de Palmela até à presente data: 377.067 euros.

Mais adianta que, em sua opinião, esta Moção é bastante equilibrada, obedeceu a um período de maturação e, até, a um período de benefício da dúvida sobre a finalidade da mesma. Foi possível constatar que não ocorreu nenhuma solução criativa por parte da tutela, além de que existem outros mecanismos como, por exemplo, os contratos de reequilíbrio financeiro que, no passado, sempre existiram, mas que foram modificados ou melhorados. Os municípios que estejam em situação de maior dificuldade financeira podem sempre perspetivar uma solução respeitando a autonomia de cada um. Considera que a Moção é bastante explícita.

O **Sr. Presidente** refere que, primeiro a solução existe e aliás o tempo acabou por dar razão ao posicionamento da CDU nesta matéria, quando sempre se disse que precisamente a Banca Comercial tinha soluções e havia fundos para este efeito. Na altura do PAEL (Programa de Apoio à Economia Local), os fundos existentes eram os mesmos, o contrato de equilíbrio financeiro detinha a mesma figura. Existe dinheiro e não faz sentido o fundo estar capitalizado em excesso, existe dinheiro que não é para estas 12 autarquias, mas sim dinheiro para 100 autarquias deste país e não se justifica que 45 destas autarquias que estavam em circunstâncias de ter, outras já encontraram soluções, ainda hoje encetei contacto com colegas autarcas de outras forças políticas, nomeadamente “da mesma família política do Sr. Pedro

Taleço”, ainda estavam a aguardar aprovação, tiveram que reformular os seus planos, porque estão com taxas de IMI no máximo, quando o plano inicial era de 5% e agora felizmente é de 0,45% e continuam a aguardar. Também me confirmaram que, da parte do fundo, excetuando algumas questões técnicas que têm impedido a aprovação de mais um ou dois programas de apoio financeiro neste âmbito, existe dinheiro em demasia. No caso do município de Palmela, que com vários milhões de investimento de candidaturas a fundos comunitários beneficiando apenas na generalidade delas de 50% vamos ter que aprovar nesta câmara e na assembleia municipal, um empréstimo para investimento, como é perfeitamente normal, nos próximos meses para enformar e dar corpo ao nosso orçamento para os próximos anos.

Não faz sentido ter 377 000 € presos, quando esse dinheiro faz falta e é nesse sentido que insistimos na suspensão, esperando ainda que, até no âmbito das negociações tendo em vista uma solução para poder fazer passar o próximo orçamento de estado, se encontre uma solução política para o próximo orçamento de Estado de 2017, desta natureza e que venha a ser contemplada. Porque os municípios não têm de ser financiadores de fundos desta natureza. Ainda de acordo com a mesma perspetiva, propunha, para além desta proposta de alteração da correção dos 50% para cada, e que conste mais um parágrafo “*Exigir a antecipação da devolução aos municípios do capital e dos respetivos juros a partir de 2017*” e que se acrescente ainda o envio para a entidade seguinte: “*Conselho Metropolitano de Lisboa – AML*”.

Submetida a Moção (Pela suspensão da participação no Fundo de Apoio Municipal) a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com a abstenção do Sr. Vereador Eduardo Ferro. Aprovado em minuta.

O Sr. Presidente coloca a votação à admissão, no Período Antes da Ordem do Dia, o seguinte documento:

. Saudação (Eleição do Secretário-geral das Nações Unidas) – dos/as eleitos/as da CDU.

Aprovada, por unanimidade, a admissão da Saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

O **Sr. Presidente** passa à leitura da Saudação (Eleição do Secretário-geral das Nações Unidas) – dos/as eleitos/as da CDU:

SAUDAÇÃO (Eleição do Secretário-geral das Nações Unidas)

“António Guterres foi hoje eleito, por unanimidade e aclamação, Secretário-geral da Organização das Nações Unidas, após um longo processo de votação no Conselho de Segurança, em que venceu todas as etapas de apresentação da sua candidatura.

A escolha do ex-primeiro ministro português e Alto Comissário da ONU para os Refugiados, foi uma vitória de António Guterres, que tem colocado a sua formação humanista e a experiência política ao serviço das causas que hoje mais nos preocupam e são desígnios das Nações Unidas – a manutenção da paz e a segurança internacionais e o desenvolvimento dos povos.

Mas, é também uma vitória da diplomacia e a afirmação do papel determinante das Nações Unidas, num contexto internacional marcado por tensões e expedientes políticos, que adiam a resolução de conflitos e prolongam o sofrimento e a pobreza de milhões de pessoas, que António Guterres conhece como poucos dirigentes internacionais.

É, pois, com confiança na sua experiência e qualidades políticas e humanistas, que o Município de Palmela, reunido em sessão pública, a 6 de outubro de 2016, **saúda** o novo Secretário-geral das Nações Unidas, António Guterres, fazendo votos de que o seu mandato de cinco anos contribua para o entendimento entre os povos e o combate a todas as formas de violência social, política e económica que assolam o Mundo.

A presente Saudação deverá ser enviada às seguintes entidades:

- Secretário-geral das Nações Unidas;
- Conselho Português para os Refugiados;
- Presidente da Assembleia da República;
- Gabinete do Primeiro-ministro;
- Assembleia Municipal de Palmela;
- Juntas de Freguesia do Concelho;
- Comunicação Social.”

Sobre a Saudação (Eleição do Secretário-geral das Nações Unidas) intervém:

O **Sr. Vereador Adilo Costa** refere que não poderia deixar de abordar, uma questão que considera ser importante, à última da hora a búlgara Cristalina Georgieva por parte da União Europeia e por parte da Alemanha que não teve nada, veio entrar nesta maratona já na ponta final, o que é deselegante e não deveria ser apanágio por parte da União Europeia e da Alemanha fazer entrar apressadamente e fora do modelo que tinha sido previamente acordado no Conselho de Segurança das Nações Unidas, apresentar um modelo novo. Considera que foi bem explorado, os candidatos que concorreram todos eles se expuseram, mostraram as suas motivações. O António Guterres pelos resultados que obteve, foi bastante claro naquilo que seria o seu posicionamento, e a experiência dele, de 10 anos, como alto comissário da ONU para os refugiados na sua candidatura, mas é bastante ingrato observar-se uma situação destas, em que alguém que nem sequer esteve até ao final da candidatura, foi levado ao colo pelo próprio Junker, quando o seu chefe de gabinete dizia *"taxativamente que em relação à candidatura de Cristalina era uma grande perda para a comissão mas será uma secretária geral*

forte e deixará orgulhosos os europeus”, quer dizer: pôs de fora do campo europeu a candidatura de António Guterres. Não poderia deixar de falar pela negativa, o posicionamento que a União Europeia e a Alemanha teve em todo este processo. Felizmente, houve bom senso e consenso, no qual julga que António Guterres é uma pessoa que merece consenso e não quer deixar de manifestar este desconforto que se regista por este posicionamento pela negativa e aí sufragar aquilo que vem nesta Saudação e, também, com oportunidade no Voto de Congratulação que vai ser apresentado em seguida.

Submetida a Saudação (Eleição do Secretário-geral das Nações Unidas) a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

O Sr. Vereador António Braz coloca a votação à admissão, no Período Antes da Ordem do Dia, o seguinte documento:

. Voto de Congratulação (Eleição de António Guterres como Secretário-geral da ONU) – dos/a eleitos/a do PS.

Aprovada, por unanimidade, a admissão do Voto de Congratulação no Período Antes da Ordem do Dia.

O **Sr. Vereador António Braz** passa à leitura do Voto de Congratulação (Eleição de António Guterres como Secretário-geral da ONU) – dos/a eleitos/a do PS:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO (Eleição de António Guterres como Secretário-geral da ONU)

“O dia 6 de outubro de 2016 fica na memória das portuguesas e dos portugueses como o da confirmação da eleição como Secretário-geral da ONU do português, socialista, republicano e humanista, António Guterres.

António Guterres é um político que exerceu muitos cargos, a nível nacional ou internacional, sempre com um enorme espírito de entrega às causas e centrando as suas opções e decisões políticas nas pessoas e nos seus problemas.

A eleição de António Guterres, considerado por muitos como um dos melhores da sua geração, permite a todas e todos terem como Secretário-geral da ONU um defensor da Paz, do Desenvolvimento, da Solidariedade, de serem representados por um homem de ideais, de valores humanistas, de enorme lucidez e coragem, homem de diálogo e de grandes consensos, um homem de voz própria, forte e capaz de liderar a comunidade internacional, de forma a afirmar a ONU e a aumentar o seu respeito mundial.

A eleição de António Guterres a Secretário-geral da ONU é prestigiosa para Portugal, para a diplomacia portuguesa e para todos e todas que, no mundo, lhe apreciam as qualidades de

coragem, de lucidez, de humanismo, na ação e acreditam nos valores da ética e da democracia das instituições.

Assim, a Câmara Municipal de Palmela, reunida em sessão ordinária em 6 de outubro de 2016 **manifesta o seu regozijo** pela eleição de António Guterres como Secretário-geral da Organização das Nações Unidas.”

Submetido o Voto de Congratulação (Eleição de António Guterres como Secretário-geral da ONU) a votação, foi o mesmo aprovado, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Informações / Assuntos diversos

• **Outubro Maior – Mês das pessoas idosas 2016** – O Sr. Vereador Adilo Costa refere que a Câmara Municipal de Palmela, em parceria com as Instituições Particulares de Solidariedade Social, e outros agentes sociais, realiza, durante o mês de outubro, nas diferentes freguesias do concelho, as Comemorações do “*Outubro Maior - Mês das Pessoas Idosas*”.

A promoção do envelhecimento ativo no Município é o grande objetivo do programa, que integra um conjunto diversificado de atividades nas áreas da saúde, atividade física, entretenimento, animação, informação/formação, entre outras, dirigidas à população sénior e população em geral, procurando, deste modo, ir ao encontro dos diferentes interesses e necessidades da população sénior.

A Câmara Municipal, com a Palmela Desporto, E.M., comemora o 20º aniversário do “+60” – Programa Municipal de Atividade Física/50+ Programa de Exercício”, no dia 16 outubro, na Piscina Municipal de Pinhal Novo. Criado em 1996, este programa foi pioneiro no desenvolvimento de atividade física para seniores, com o objetivo de promover a saúde e a qualidade de vida através do exercício.

De entre as atividades propostas destacamos, ainda, o filme “A Canção de Lisboa”, versão original de 1933, a 17 de outubro no Cineteatro S. João; o Musicando, espetáculo de variedades dinamizado pela Popular FM, o Mercado da Cidadania, de 20 a 22 de outubro no Mercado Municipal de Pinhal Novo, Tenda e Auditório Municipal de Pinhal Novo, com espaços privilegiados de Trocas e Vendas, Vivências e Artes, Conhecimento e Debate e a atividade Dança à Tarde, baile a realizar no dia 31 de outubro no Mercado Municipal de Pinhal Novo, para encerramento das comemorações.

• **Receção à comunidade educativa 2016/2017** – O Sr. Vereador Adilo Costa refere que para assinalar o novo ano letivo: dar as boas vindas aos agentes educativos e homenagear os docentes aposentados no ano letivo anterior, a Câmara Municipal promove, no dia 13 de outubro, o momento de convívio, integrado na receção à comunidade educativa. O mesmo terá

lugar na Casa Ermelinda Freitas, em Fernando Pó, pelas 18:00 horas, contando com a animação do Coro Intergeracional do Bairro Alentejano e alunos das escolas do concelho.

De entre as atividades programadas na receção destaca-se, ainda, a exposição “Objetivos de Desenvolvimento Sustentável” (ODS), que irá passar pelas escolas do concelho, entre 14 de outubro e 15 de novembro, com o objetivo de partilhar e refletir com os alunos os 17 objetivos de desenvolvimento sustentável da nova Agenda Global para o Desenvolvimento até 2030.

Fortalecendo os princípios da participação, articulação, complementaridade e inovação de Território Educador, o Município, com os parceiros locais, está a organizar o Mercado da Cidadania, que terá lugar nos dias 20, 21 e 22 de outubro, no Mercado Municipal de Pinhal Novo, que convida à partilha de projetos e práticas socioeducativas, intensificando o diálogo entre gerações e estimulando aprendizagens comuns para um território de convivência, integrando, ainda, o 2º Fórum Projeto Educativo Local, no dia 21 de outubro, sobre “Sucesso Educativo: Caminhos a Percorrer”, cujo objetivo se prende com a partilha, discussão e reflexão de conceitos, políticas e práticas das escolas, em articulação com a comunidade, reforçando a importância do território educador de Palmela.

• **Fins-de-semana gastronómicos do coelho à moda de Palmela – O Sr. Vereador Luís Miguel Calha** refere que nos dias 7, 8, 9, 14, 15 e 16 deste mês o prato mais tradicional da nossa gastronomia vai estar em destaque, com a realização dos fins-de-semana gastronómicos do coelho à moda de Palmela.

À semelhança das anteriores edições, esta iniciativa integra-se no programa “Palmela – Experiências com Sabor!” e conta com a participação de 18 estabelecimentos de restauração do concelho.

Aliando a tradição e a inovação e os produtos locais de qualidade, estes fins-de-semana gastronómicos acompanham os pratos de coelho, com os tintos encorpados da região e o Moscatel de Setúbal e as sobremesas generosas, propostas perfeitas para este início de outono.

Este programa nasceu em 2010, fruto de uma parceria entre a Câmara, a Rota de Vinhos da Península de Setúbal, os estabelecimentos de restauração e também, através de um protocolo com a escola superior de hotelaria e turismo do Estoril, o “Experiências com Sabor” continua a representar um forte contributo para a valorização da gastronomia local e para o desenvolvimento turístico do nosso concelho.

• **Dia Nacional dos Castelos – O Sr. Vereador Luís Miguel Calha** refere que vai ser comemorado em Palmela, no dia 8 de outubro, às 15:00 horas, com uma visita encenada, de participação gratuita, ao Castelo de Palmela.

Também, no âmbito destas comemorações, a Biblioteca Municipal vai acolher, no mesmo dia, às 17:00 horas, a Conferência "Arte, Estratégia e Natureza – A Fortificação da Barra do Tejo (nos Sécs. XVI e XVII), por Joaquim Boiça, com frequência gratuita.

Recordo que o investimento municipal, recente, na conservação do nosso Castelo – um dos principais polos de atração turística e cultural do concelho - ascende a 3.200.000 euros, incluindo a intervenção de consolidação das encostas. Trata-se de um pacote de obras que integra a impermeabilização do terraço do bar e de todos os terraços das galerias da Praça das Armas e Casa Capelo e a recuperação de um pano de muralha na Torre 3. Esta última intervenção conta com a comparticipação da Direção Geral do Tesouro e Finanças, no valor de 100.000 euros.

O Dia Nacional dos Castelos é assinalado desde 1984, com o objetivo de promover, em todo o país, ações que visem a reflexão sobre o património fortificado. O Castelo de Palmela foi alvo de múltiplas intervenções de arquitetura militar, destacando-se as dos períodos medieval e moderno. Com ocupação islâmica entre os séculos VIII e XII, o Castelo foi sede da Ordem Militar de Santiago até à sua extinção, no século XIX. Através de Decreto de 16 de junho de 1910, o Castelo e a Igreja de Santiago foram classificados como monumentos nacionais.

• **Festival Internacional de Música de Palmela (FIMP) – O Sr. Vereador Luís Miguel Calha** refere que trata-se de um evento que vai decorrer a partir do próximo dia 15 de outubro e 12 de novembro, organizado pela Sociedade Filarmónica Palmelense "Loureiros", que promove a XII edição deste Festival Internacional de Música – Palmela "Terra de Cultura" (FIMP).

Um evento que conta com um programa de grande qualidade, baseado nos projetos musicais da região e no intercâmbio com músicos nacionais e estrangeiros de diversos quadrantes musicais, o festival tem contribuído para a dinamização cultural do centro histórico de Palmela e do concelho constituindo-se como bom exemplo de prática associativa e de divulgação da música junto de diferentes públicos.

Recorde-se que está em vigor, até final deste ano, um protocolo de cooperação celebrado entre a Câmara Municipal e esta coletividade, que prevê, entre outros aspetos, o apoio financeiro do Município no valor de 3.000 euros a cada edição do Festival, bem como a disponibilização do Cineteatro S. João e do Auditório da Biblioteca Municipal de Palmela, para o desenvolvimento das atividades que fazem parte integrante desta iniciativa de referência do nosso concelho.

• **Dia Mundial do Coração – A Sra. Vereadora Adília Candeias** refere que no dia 29 de setembro, por ocasião da celebração do Dia Mundial do Coração, a Câmara Municipal assinalou esta data junto dos trabalhadores/as através de várias ações de sensibilização e informação

promovida pelo nosso Serviço de Saúde Ocupacional. Estas ações visaram alertar para a importância da prevenção da doença cardíaca e para a adoção de comportamentos mais saudáveis na redução do risco de doença cardiovascular, melhorando desta forma a qualidade de vida dos nossos trabalhadores da autarquia.

De referir também que, esta ação vem na sequência de uma outra grande ação que se realizou durante o mês de maio, no mês do coração, onde se realizaram até à presente data várias ações, das quais se destacam os rastreios cardiovasculares com recurso ao equipamento que foi adquirido um eletrocardiógrafo, abrangendo 432 trabalhadores/as, em consultas de acompanhamento e apoio pela equipa de enfermagem aos trabalhadores com registo de problemas cardiovasculares.

Estas ações de sensibilização para os trabalhadores/as tiveram como objetivo, sensibilizar para os sintomas da insuficiência cardíaca, consciencializar para a importância da vigilância da saúde e para a adoção de comportamentos mais saudáveis, menos stressantes no trabalho, através da divulgação de vários folhetos informativos, tais como, a campanha de prevenção cardiovascular alimentação do bem-estar psicológico, emocional e cerebral, a importância da vigilância na saúde, nomeadamente aos trabalhadores/as das brigadas operacionais nos seus postos de trabalho.

No dia 25 de maio, no final da jornada de trabalho, realizou-se uma ação de relaxamento que contou com muitos trabalhadores/as, onde importa referir que o intuito destas ações todas, teve como objetivo diminuir os níveis de stress, de ansiedade, de sensação de cansaço insónia e melhorar a agilidade mental o humos e a autoestima contribuindo para aumentar a produtividade no trabalho. Considera que se pode afirmar que, o Serviço Ocupacional da Câmara Municipal, continua empenhado numa organização saudável e com trabalhadores com bom coração.

● **Seminário “AUGI – A prática e o futuro” – A Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** refere que a Câmara Municipal de Palmela, em conjunto com o Instituto Jurídico da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, vai levar a efeito, no próximo dia 12.10.2016, no Cineteatro S. João, um Seminário sobre Áreas Urbanas de Génese Ilegal (AUGI), intitulado “AUGI – A prática e o futuro”.

Esta iniciativa tem como objetivo fomentar o debate entre os vários intervenientes nos processos de reconversão urbanística, nomeadamente as Câmaras Municipais, as Administrações Conjuntas das AUGI, através das suas Comissões de Administração e o próprio legislador. Com o referido debate, pretende-se encontrar soluções para estas áreas, mediante um maior conhecimento dos constrangimentos práticos, jurídicos e registrais dos processos de reconversão, das soluções praticadas e da troca de experiência, atenta ainda à última alteração à Lei das AUGI – publicada pela Lei 70/2015, de 16 de julho.

Para o efeito, o seminário conta com as intervenções das Câmaras Municipais de Odemira, através do Sr. Presidente; do Barreiro, através do Sr. Vereador do Pelouro de Gestão da Cidade e Lisboa, através do Chefe da Divisão de Reconversão das AUGIS, que irão abordar a experiência de reconversão urbanística nos respetivos concelhos. Conta, também, com a presença de técnicos e investigadores nestas matérias, com intervenções que pretendem abordar as diferentes etapas da reconversão urbanística, seu histórico e estado atual, quer do ponto de vista jurídico, quer do ponto de vista técnico-prático, com os seguintes temas:

- As AUGI no contexto da “política” de legalização, na pessoa da Professora Doutora Fernanda Paula Oliveira;
- Os instrumentos de reconversão das AUGI, através da Dra. Dulce Lopes, da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra;
- As questões registais associadas às AUGI, através da Dra. Madalena Teixeira, do Instituto de Registo e Notariado;
- As questões judiciais associadas às AUGI, através da Dra. Cristina Gallego Santos, do Tribunal Central Administrativo Sul;
- Levantamento e análise das AUGI, através da Dra. Dinamene Santos, da Câmara Municipal de Palmela;
- Uma visão sustentável dos processos de reconversão, através do Doutor Arq.to. Pedro Carvalho Chula, da Câmara Municipal de Palmela.

• **Dia Nacional da Água – A Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** refere que a água é um bem essencial à vida e um direito universal que só a gestão pública garante.

Por ocasião do Dia Nacional da Água, que se assinalou a 1 de outubro, o Município reitera o seu compromisso:

- Com a promoção do acesso físico e económico à água e ao saneamento, no quadro de uma política de promoção do progresso social e económico;
- Com a proteção dos recursos hídricos, no quadro das políticas de defesa do ambiente;
- Com a defesa da governação pública da água, e concomitante gestão eficaz e eficiente dos serviços de água e saneamento.

O Município continuará a pugnar por medidas concretas que reforcem os direitos dos cidadãos, garantindo a boa governação dos recursos hídricos, nomeadamente:

- A adoção de um novo enquadramento legal que reforce a capacidade de intervenção e autonomia dos municípios no setor;

- O reforço dos mecanismos de cooperação intermunicipal, potenciando os sistemas já existentes e alargando a colaboração aos sistemas em baixa;
- A reversão do processo de fusão do grupo Águas de Portugal, respeitando a liberdade de decisão dos municípios quanto ao modelo a adotar para os sistemas multimunicipais – e, neste âmbito, com prioridade para a reversão da integração da Simarsul no grupo;
- A revisão do estatuto da ERSAR, devolvendo-a à sua condição de reguladora e revogando a sua intervenção vinculativa, nomeadamente no que respeita ao modelo tarifário e preços a praticar;
- A mobilização de fundos comunitários e outros fundos públicos para os investimentos na rede, bem como a criação de financiamento a fundo perdido e não de cariz reembolsável e, ainda, linhas de crédito bonificado;
- A criação de mecanismos de financiamento que se reflitam e permitam tarifas justas e acessíveis;
- A redução dos custos de gestão dos sistemas em alta.

Para além, de ter assumido uma posição ativa na defesa da gestão pública da água, em 2015 o Município manteve o investimento na ampliação e remodelação das redes de abastecimento e drenagem, participou em projetos para implementação dos sistemas de gestão patrimonial de infraestruturas e redução de perdas de água, que se traduzirão em importantes ganhos de eficiência e qualidade.

Este investimento está caracterizado na Matriz da Água 2015, já disponível no sítio do Município na internet.

No final de 2015, para as águas de abastecimento o concelho de Palmela tinha uma taxa de cobertura de 100% nos aglomerados populacionais e de 97% para a generalidade do concelho. O abastecimento de água é assegurado pela existência de 38 captações de água subterrâneas dispersas por todo o concelho, 22 instalações de tratamento de água e 27 reservatórios, totalizando uma capacidade de armazenamento de 27.680 m³. Existiam, em 2015, 34,3 km de condutas adutoras e 591,2 km de distribuidoras. Este conjunto de infraestruturas encontra-se distribuído por 20 sistemas de abastecimento e 18 zonas de abastecimento de água.

O sistema de drenagem de águas residuais em baixa, explorado pelos serviços municipais, é constituído por 18 estações elevatórias e a rede em alta compreende 19 estações elevatórias e 7 ETAR's (Estações de Tratamento de Águas Residuais) em exploração pela Águas de Lisboa e Vale do Tejo.

A rede de drenagem de águas residuais domésticas no concelho de Palmela, em exploração pela Câmara Municipal de Palmela, apresentava, em 2015, uma extensão de 198,6 km; e a "rede em alta" explorava 82,9 km de emissários.

Em 2016, manteve-se o investimento nas redes e na promoção da qualidade da água. De salientar que estes e outros dados, estão disponíveis na referida matriz da água e a propósito do referido, dever-se-á aludir ao estudo da Deco que confirma aquilo que tem sido afirmado, a Câmara Municipal de Palmela é o segundo Município mais barato para consumos de 120 metros cúbicos de água por ano e o primeiro município com a água mais barata para consumos de 180 metros cúbicos anuais, o qual é a esmagadora maioria do nosso perfil médio de consumos.

O **Sr. Presidente** acrescenta que não é apenas a água, mas sim a água, o saneamento e os resíduos.

Questões apresentadas pelos Srs. Vereadores

. **Abrigo de passageiros** – O **Sr. Vereador António Braz** refere que o abrigo de passageiros em Vale da Abrunheira foi corrigido relativamente à sua posição, uma vez que os utentes utilizam, de facto, o abrigo, o que anteriormente não se registava. Tratava-se de uma questão relevante à qual a TST (Transportes Sul do Tejo), eventualmente reconheceu o erro e corrigiu a situação.

. **Monos por recolher / Lixo à beira das estradas** – O **Sr. Vereador António Braz** refere que existem, sensivelmente, cerca de 300 contentores no Município de Palmela, número atribuído por alto. Ao percorrer o concelho periodicamente, em parte por questões profissionais, pode-se verificar que em cerca de 50% a 60% dos contentores, existe uma grande quantidade de monos à volta dos mesmos. De salientar que existe um contencioso com a empresa anterior, facto que é do desconhecimento dos munícipes, que por consequência não entendem a razão pela qual existem tantos monos/lixo por recolher nas beiras das estradas. O executivo, bem como os/as Vereadores/as estão por dentro do assunto e compreende-se o problema, mas seria desejável que houvesse uma solução para o problema, uma vez que os munícipes têm alguma dificuldade em perceber e questionam-se, como é evidente, o porquê de tanto lixo.

. **Limpeza das bermas nas Estradas Municipais** – O **Sr. Vereador António Braz** refere que relativamente à limpeza das bermas das estradas municipais, a Sra. Vereadora Adília “salvo erro” na penúltima reunião de Câmara, mencionou que na Estrada Municipal 533 junto à estação que liga à zona das Padeiras, havia sido efetuada uma limpeza. Efetivamente, no concelho de Setúbal foi realizada uma limpeza geral nas rotundas circundantes junto à estação da ETAR de Aires, e por perto houve uma pequena limpeza. No entanto, continuam a registar-se a falta de limpeza das bermas desde a ETAR de Aires até à zona das Padeiras, pelo que é evidente que, com a aproximação do inverno, as ervas irão continuar a crescer e as águas irão verter pela estrada.

. Parque Industrial de Mata Lobos (Quinta do Anjo) – O Sr. Vereador António Braz refere que num alerta que foi feito relativamente ao Parque Industrial de Mata Lobos, a situação mantém-se desagradável, uma vez que tratando-se de um parque industrial com muito movimento, principalmente junto a uma empresa de arquivo ali instalada, verifica-se existir um grande volume de circulação de pessoas, que nem sempre são residentes do concelho, acabam por manifestar o desagrado pelo que consideram desleixo do referido Parque Industrial.

Refere, ainda, que o parque deveria ter uma outra visibilidade para todos, uma vez que para além dos autarcas, também somos todos munícipes e este tipo de problemas são-nos referenciados e como tal, manifestamos dificuldade em aceitar estes factos.

. Questões que lhe foram apresentadas por munícipes:

. Problema com os tetos da Escola Zeca Afonso, em Pinhal Novo – O Sr. Vereador Pedro Taleço questiona se existe algum problema com os tetos na Escola Básica Zeca Afonso em Pinhal Novo, uma vez que foi apontado por um dos pais, que os referidos tetos “estão quase todos a cair”. Desconhecendo a situação, coloca-se a questão, que é do interesse ver esclarecida.

. Viaturas abandonadas junto ao Mercado Mensal de Pinhal Novo – O Sr. Vereador Pedro Taleço refere que coloca a presente questão, salientando que apesar de ter passado inúmeras vezes pelo local, não se ter apercebido de nada de extraordinário, observou que existiam algumas viaturas abandonadas, com dois anos de atraso na recolha, pelo que entende necessário ser feito um ponto de situação sobre esta questão.

. Calçada em iminência de abatimento – O Sr. Vereador Pedro Taleço menciona que a última questão a colocar refere-se a uma calçada em risco de abatimento, sita na Rua Álvaro Tavares, junto ao lote n.º 11, para a qual solicita a melhor atenção.

Em resposta às questões colocadas pelos Srs. Vereadores António Braz e Pedro Taleço, são prestadas as explicações, conforme se indicam.

- Mono por recolher / Lixo à beira das estradas – A Sra. Vereadora Fernanda Pésinho refere que se repetem as mesmas respostas que têm sido dadas, porque o problema mantém-se. De acrescentar que o que foi dito pelo Sr. Vereador António Braz, as pessoas não percebem porque é que a situação se mantém e em pleno século XXI e depois de tanto investimento em campanhas de sensibilização, inclusive em vários municípios, porque este não é um problema exclusivo do concelho de Palmela. Refira-se que, até pelas transmissões que são apresentadas na televisão, se continuam a assistir a atos de pouca cidadania e civismo.

Relativamente à deposição dos monos, a informação está devidamente identificada e divulgada no contentor, estão igualmente referidos os contactos telefónicos quando se tratam de deposições acima dos metros cúbicos permitido, contudo verifica-se que se continua a depositar de forma ilegal, o que torna o problema quase incontornável, assumindo proporções difíceis de gerir.

A par desta situação e como foi referido pelo Sr. Vereador António Braz, permanece uma situação de conflito com a empresa que não ganhou o concurso, situação que está a atrasar a adjudicação à empresa que ganhou o concurso. De referir que esta nova empresa está em conjunto com os seus trabalhadores, a adquirir conhecimento relativamente à dimensão do concelho, trata-se de um concelho com cerca de 500 quilómetros quadrados, fator que tem acarretado algumas dificuldades na gestão dos circuitos. No entanto, é uma situação que está a ser monitorizada com muita atenção, na qual estão dois encarregados em permanência a efetuar os percursos e a controlar os incumprimentos, para que se colocar o plano B e o plano C em atuação. Esses planos remetem para outras duas empresas às quais já foram adjudicados trabalhos, quando se registam incumprimentos ou falhas.

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** solicita o uso da palavra, para mencionar que esta situação é uma constatação e deixa este exercício para todos poderem refletir, pois se apesar de se aumentar a divulgação, bem como o fator pedagógico em relação à intervenção na deposição dos resíduos, a população não compreende, não entende e sobretudo não executa, com o prolongar do tempo, não vão registar-se resultados. Sugere-se que, talvez esteja na altura de experimentar outro tipo de ações, de forma concreta, ou seja, atualmente o sistema existente é um sistema que funciona "por cumprimento", porque não tornar esse "cumprimento" por obrigação. Não se trata de uma represália, mas de coimas, multas para efetivar o cumprimento. Ainda não foi colocado à experiência o sistema por recompensa e provavelmente nem o anterior, nem este poderá ser o correto, mas talvez uma conjugação entre os dois possa trazer resultados.

Refere que entende todas as questões relativas à sensibilização nas campanhas realizadas, considera contudo que não se deveria continuar *ad eterno* a aumentar um investimento em campanhas, quando não se obtêm resultados. Supondo que a metodologia possa estar certa, refere que nem sempre estão certas ou erradas, por vezes trata-se de uma questão de se adaptar as metodologias em função do que os resultados vão dando. Em algum ponto será necessário analisar os resultados e mudar os procedimentos, se os mesmos existirem. Não tem conhecimento se chegou a esse ponto, porém verifica que a situação está a piorar e independentemente de se investir mais, a situação não se pode manter, é necessário estar preparados para se tomarem outras medidas.

O **Sr. Vereador Adilo Costa** refere que a questão da deposição ilícita de monos e lixo é um problema que todos comungam e que todos deverão lutar contra tal. Refere, igualmente, que na área familiar onde se insere é mais vasta, abrangendo a freguesia de Quinta do Anjo, localidade referenciada muitas vezes na comunicação social e por muitos munícipes, não só por este problema, mas também pelo reverso da medalha, ou seja, o facto de haver uma recolha normal de resíduos sólidos urbanos. Verifica-se que, apesar da recolha ter normalizado e após efetuada em circuito, logo em seguida, aparecerem sacos pretos ao lado dos contentores de RSU (Resíduos Sólidos Urbanos), estando estes vazios, “não sei o que se pretende de algumas pessoas certamente má fé”.

Relativamente à questão da fiscalização, refere que poderia dar o nome da rua para se observar o comportamento de algumas pessoas, certamente uma minoria, mas questiono se é pretendido continuar a ter ou tecer junto de algumas pessoas ou da comunicação social, um conjunto de dados sobre as dificuldades evidentes que muitas vezes foram levantadas por este executivo. Para além do que foi referido, alude para o facto de que o exercício da cidadania poder vir a ser feito pelas crianças, que junto dos seus pais e avós, poderão evitar determinados comportamentos, comportamentos como os a que assistiu: pessoas a fazerem pontaria ao atirarem o saco para cima do contentor que está aberto, falhar e cair para o lado. Nestas situações não existem regras nenhuma que possam sustentar o problema.

Informa, ainda, que no âmbito da decisão tomada pelo executivo para controlar os pontos críticos da deposição, sobretudo de monos, têm sido feitas fiscalizações atempadas, ou seja na equipa C no sítio X, foram efetuadas 4 passagens pelo local, duas vezes de manhã e duas vezes à tarde e não foram detetados despejos em flagrante, uma vez que eles são efetuados muitas vezes em horários e locais impossíveis de localizar. Considera que cada munícipe tem a obrigação de facultar dados que possam contribuir para sustermos esta calamidade e informa que futuramente se prevê uma intervenção articulada com o SEPNA da GNR, para que possam em conjunto apurar quem está a depositar ilegalmente monos/lixo, pois é referido com frequência que se tratam de pessoas oriundas de outros concelhos.

- Questões que lhe foram apresentadas por munícipes / Problema com os tetos da Escola Zeca Afonso, em Pinhal Novo – O **Sr. Vereador Adilo Costa** refere que a questão dos tetos da Escola Básica Zeca Afonso, já foi identificada, quer pela Câmara Municipal, quer pela Junta de Freguesia de Pinhal Novo. Está prevista uma intervenção, mas assegura que os tetos não estão a cair. Contudo, é uma situação que merece reparo e atenção.

- Questões que lhe foram apresentadas por munícipes / Viaturas abandonadas junto ao Mercado Mensal de Pinhal Novo – O **Sr. Vereador Adilo Costa** refere que em relação às viaturas abandonadas, o ideal seria possuir as matrículas, pois tem sido efetuado um trabalho

importante na retirada das mesmas. Salienta que: *“temos uma pessoa que é o nosso presidente, que vai a todos os lados do território e nos dá a fotografia com a matrícula e, também, por parte de munícipes que levantam esta questão”*.

Menciona que a pressão é muito menor, relativamente a anos transatos, mas ainda se registam problemas quando existem penhoras, a título de exemplo, existe um caso no Pinhal Novo que é preciso convencer o Tribunal do Montijo que informe o fiel depositário para colocar o carro num outro lugar. Para a Autarquia, é difícil fazer algo desse género e retirar a viatura daria azo a indemnização. Ainda, outro exemplo: onde um veículo foi legalmente retirado e abatido, o proprietário exige uma indemnização da parte da Câmara Municipal.

Não menciona a posição de determinadas entidades em relação a esta questão, para evitar extrapolações, contudo relata que a Câmara é frequentemente acusada de não respeitar o Código do Procedimento Administrativo (CPA). De facto existem regras que os munícipes deverão cumprir e não cumprem e a Câmara tem de atuar. Existem sempre dificuldades no caminho, ressalta, no entanto, que gostaria que a situação inicialmente apresentada fosse descrita com maior pormenor, para se poder efetuar uma deslocação ao local.

Fazendo uso da palavra dada pelo Sr. Presidente, o **Sr. Vereador Pedro Taleço** refere que passou pelo local referenciado, contudo, considera que o mais importante é o esclarecimento na resposta a dar, qual a regra a aplicar, ou seja qual o período máximo em que uma viatura pode ficar no mesmo local em via pública e se é expectável que seja ou não removida. Refere que ainda não se dedicou a observar qual o período exato.

O **Sr. Vereador Adilo Costa** refere que irá fazer chegar essa informação.

- Limpeza das bermas nas Estradas Municipais – A **Sra. Vereadora Adília Candeias** refere que se mantém nas Divisões de Rede Viária e de Espaço Público um vasto plano de trabalho, por forma a continuar o corte de ervas. Refere ainda que, não para justificar o que ainda está por fazer, mas para salientar que houve anos em que não foi feito nenhum corte de erva em determinadas zonas. Salienta que, durante este ano, foram efetuados cortes pela terceira vez nos mesmos locais, o que dificulta a tarefa.

Relativamente à Estrada Municipal 533 que liga às Padeiras, ir-se-á analisar melhor essa situação, contudo em relação à estrada que se situa a seguir à ETAR de Aires e à passagem junto à autoestrada refira-se que é uma parte que pertence ao concelho de Setúbal, porém em contacto já efetuado com vereadores do concelho de Setúbal para aferir a situação. Ressalva, no entanto, se será o mesmo local a que a questão incidia em concreto.

O **Sr. Vereador António Braz** questiona se o lado direito a seguir à ETAR é de facto pertença do Concelho de Setúbal e se o lado esquerdo, onde se situa um depósito de bilhas de gás pertence a Palmela, questão que a Sra. Diretora do Departamento de Ambiente e Gestão Operacional do Território, a pedido do Sr. Presidente, esclarece o seguinte:

"O nosso encarregado Marco Reis transmitiu-nos que esse trabalho estava em plano e foi efetuado."

- Parque Industrial de Mata Lobos (Quinta do Anjo) – A **Sra. Vereadora Adília Candeias** refere que, relativamente ao Parque Industrial de Mata Lobos, crê que a questão colocada pelo Sr. Vereador se referia a vários lotes privados que existem no local. Estes lotes, tal como outros foram notificados para a realização da sua desmatagem. Refere que numa das reuniões anteriores, o Sr. Vereador Adilo Costa, já havia dado exemplos da quantidade de pessoas que foram notificadas para a desmatagem desses locais. Contudo, saliente-se que o concelho tem zonas onde se regista muita humidade e os terrenos são muito férteis, o que acaba por dificultar a limpeza permanente. Partilha da ideia que não se deverá usar produtos químicos para a desmatagem, para evitar a contaminação dos solos.

O **Sr. Presidente** alude a que, alguns dos assuntos apresentados pelos Srs. Vereadores, têm na base do seu problema os prevaricadores, ao que adiciona o seguinte comentário:

Relativamente à questão da deposição dos verdes e monos, começa a ser recorrente a clarificação de um aspeto: existem circuitos estabelecidos e dias de recolha, com quantidades regulamentadas, como acontece em qualquer outro município, uma vez que os regulamentos não diferem muito uns dos outros. Ficou convencionado que nesta zona do país, estes sistemas de recolha com números, os munícipes podem solicitar a recolha em sua casa, porém não no dia em que querem, mas sim no dia em que o serviço tiver disponibilidade para efetuar a recolha. Também existe a possibilidade, neste município como em muitos outros, do munícipe colocar ao lado do contentor de RSU, quantidades que estejam devidamente definidas e com o devido acondicionamento. O que acontece é que existem falhas, tanto do prestador de serviços, como, por vezes, do próprio município. A título de exemplo, refere um episódio em que uma viatura de recolha foi mandada parar pela GNR e multada ou avaria da grua, o que impossibilita a recolha dos monos. Nestas situações o serviço fica por fazer e torna-se a tentar no turno seguinte.

Admitem-se falhas no serviço, porque existem, tal como a questão do diferendo em torno do concurso que foi aprovado por unanimidade para 3 anos. Efetivamente, registou-se um reforço que foi anunciado, contudo não ficou visível porque o que era suposto ser um reforço está a colmatar as falhas daquilo que era suposto ser a normalidade. Aquando a sua normalização, poder-se-á ver que em alguns locais a periodicidade irá ser reforçada.

Porém, a realidade é que, para além de quantidades anormais acumuladas, não existem dúvidas que a situação aparenta ser a de um jogo "do gato e do rato". A Câmara procura empresas que despejam 20 metros cúbicos de pára-choques, filtros de óleo, sacos com restos

de comida de eventos e casamentos, que andam a espalhar isto ao lado de contentores, empresas que fazem jardinagem em quintas, que cortam palmeiras, o que nem sequer pode ir para compostagem, mas poderiam vir que a Câmara aceitaria, mas não vêm e a opção que se verifica é ir despejar sem acondicionamento algum junto dos contentores.

Por exemplo, o Sr. Vereador já encontrou a fatura que atraçou um prevaricador, uma fatura com o n.º de contribuinte, entre outras coisas, há cerca de um ano, com a intervenção em conjunto com o SEPNA, foram apanhados 3 prevaricadores.

Um concelho com a especificidade como o de Palmela, um concelho rural, onde em zonas de baixa densidade populacional, quase toda a gente tem quintais, árvores, regista-se uma produção de resíduos verdes acima do normal. Refere, ainda, que também se verifica um volume anormal de resíduos de obras, de demolições, restos de estuques, tetos falsos, muitas das vezes oriundos de outros concelhos, que são despejados junto a contentores, pela “calada da noite”.

Relativamente às brigadas de fiscalização, informa que tal como foi referido há cerca de um mês, estão a efetuar circuitos em zonas as quais não identifica, uma zona numa semana, outra zona noutra semana, por forma a tentar apanhar os prevaricadores. Na última Assembleia Municipal apresentaram fotografias, onde se pode verificar a altura das ervas no centro de Lisboa, já para não mencionar outros concelhos. Independentemente da cor política de cada concelho em redor, encontram-se fenómenos idênticos. Refere, igualmente, que a falta de serviço da Amarsul, que sistematicamente deixa os ecopontos encher até ao seu limite sem efetuar a sua recolha, particularmente um ecoponto, situado na Alameda em Pinhal Novo, o Sr. Vereador poderá verificar que está diariamente repleto de sacos e caixas de cartão do comércio local, que até tem um serviço de recolha dedicado a estas situações e não está a ser cumprido.

Quanto às campanhas de divulgação e sensibilização, informa que a Câmara Municipal continuará a insistir, com ideias inovadoras como, por exemplo, o projeto de recolha porta a porta, previsto iniciar em 2016/2017, contudo com o recuo da Amarsul, aponta-se o início apenas para 2018, bem como a ERSAR (Entidade reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos) que alerta para um possível incumprimento nos indicadores do novo PERSU (Plano Estratégico dos Resíduos Urbanos), por falta de dinheiro para os investimentos.

A Câmara aposta numa melhoria do serviço, mas, para o efeito, é necessária a colaboração dos cidadãos, porque os custos são incalculáveis. A ideia de remuneração, é algo que já é conhecido e a Câmara irá anunciar um projeto brevemente, dando o exemplo no Ceará, Brasil e nas favelas, onde se fazia a entrega de lixo a troco de um pacote de leite. Um facto é que o lixo é um negócio e tem um preço. A Câmara Municipal de Palmela cobra menos do que gasta e se fizer a recolha porta a porta, cada munícipe irá ter um contrato individual e possivelmente os custos irão aumentar. Na Câmara Municipal da Maia, o lixo é colocado dentro dos prédios, não

existem contentores na rua, contudo, é uma realidade diferente, trata-se de um concelho com cerca de 30 quilómetros quadrados, praticamente todo urbanizado.

A normalidade ainda não foi alcançada, foi aprovado um reforço na 2ª revisão ao orçamento na semana passada para tentar recuperar a normalidade e duplicar os circuitos, nomeadamente na freguesia de Quinta do Anjo, porque uma vez por semana é insuficiente, terá de se fazer duas vezes por semana.

Concorda que a situação não pode perdurar, nalguns sítios, após a recolha, verifica-se que vão depositar logo em seguida. No jornal do Correio da Manhã, de há duas semanas, relatava-se a situação de Belas, Sintra, por exemplo. Pode observar-se o que se passa em Lisboa, no Montijo, no Seixal que à porta do ecocentro foram despejar uma camioneta de entulho, não esperando pela abertura do mesmo, em Fernão Ferro é um caos. Verifica-se que em toda a península, as pequenas empresas tentam fugir, porque a entrega à Amarsul tem um custo de 24 euros a tonelada. A questão do lixo é semelhante à situação da limpeza das bermas. Palmela é um concelho com cerca de 500 quilómetros quadrados.

Refere que quando a Sra. Vereadora esteve de férias, acompanhou os trabalhos e a definição de prioridades, salientando que são centenas de quilómetros, 520 quilómetros de arruamentos asfaltados no concelho, vezes duas bermas, fazendo as contas, são 1000 quilómetros, acrescentando os caminhos e aceiros que também são desmatados pelas Juntas de Freguesia do concelho e que, de uma maneira geral, a experiência na delegação de competências para este efeito na União de freguesias de Poceirão e Marateca, tem dado resultados positivos.

Relativamente à limpeza das bermas, tal como a Sra. Vereadora referiu, o teor de humidade e a não aplicação da monda química, uma vez que se encontra em estudo um método alternativo, tudo fica mais complicado, mas a atuação é contínua. O mesmo refere em relação ao Parque Industrial de Mata Lobos, sem prejuízo do que já foi referido pela Sra. Vereadora, muitos dos lotes foram notificados para procederem à sua limpeza. Está prevista uma grande intervenção, durante a presente semana, recorrendo a empresas externas para o corte com roçadoras mecânicas.

Quanto à questão do abatimento na rua Álvaro Tavares, sugere-se que os munícipes se dirijam ao atendimento municipal e/ou juntas de freguesia, porque tratando-se de um abatimento, poderão ser as redes de abastecimento, as quais a Câmara Municipal repara e as Juntas de Freguesia repõem a calçada.

Relativamente às viaturas, o Sr. Vereador fica de fornecer mais informações, contudo observa que em alguns casos, estão colocados 2 autocolantes para a remoção da viatura e após questionar os serviços, a resposta é que não é possível a remoção enquanto não houver autorização da Autoridade Tributária. Mas é possível, na informação municipal, verificar a quantidade de veículos removidos. Geralmente, as reclamações incidem em questões referentes à insegurança e à salubridade do espaço público. A Câmara receciona as reclamações e

esforça-se por explicar as dificuldades em algumas destas situações, mas é importante difundir estas situações, para que se perceba como funcionam os serviços nestas matérias.

DESPACHOS EMITIDOS PELO SR./A DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL / CHEFE DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, POR SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS:

No âmbito do Departamento de Administração e Desenvolvimento Organizacional / Divisão de Administração Geral / Secção de Licenciamentos:

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 3, dos processos despachados pelo Sr./a Diretor do Departamento de Administração e Desenvolvimento Organizacional, Dr. Paulo Pacheco e Chefe da Divisão de Administração Geral, Dra. Pilar Rodriguez, no período compreendido entre 21.09.2016 e 04.10.2016.

DESPACHOS EMITIDOS PELA SRA. VEREADORA FERNANDA PÉSINHO, POR SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA:

No âmbito da Divisão de Administração Urbanística:

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 4, dos processos despachados pela Sra. Vereadora Fernanda Manuela Almeida Pésinho, no período compreendido entre 19.09.2016 e 30.09.2016.

CONTABILIDADE:

Pagamentos autorizados:

O **Sr. Presidente** dá conhecimento à Câmara que foram autorizados pagamentos, no período compreendido entre os dias 21.09.2016 a 06.10.2016, no valor de 2.186.784,36 € (dois milhões, cento e oitenta e seis mil, setecentos e oitenta e quatro euros e trinta e seis cêntimos). A lista dos pagamentos autorizados fica anexa a esta ata como documento n.º 5.

TESOURARIA:

Balancete:

O **Sr. Presidente** informa que o balancete do dia 05.10.2016, apresenta um saldo de 8.836.005,45 € (oito milhões, oitocentos e trinta e seis mil, cinco euros e quarenta e cinco cêntimos), dos quais:

- **Saldo de operações orçamentais** – 7.924.722,03 € (sete milhões, novecentos e vinte e quatro mil, setecentos e vinte e dois euros e três cêntimos);
- **Saldo de operações de tesouraria** – 911.283,42 € (novecentos e onze mil, duzentos e oitenta e três euros e quarenta e dois cêntimos).

ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente dá conhecimento que a Ordem do Dia desta reunião de Câmara é constituída pelos pontos que são enunciados no início desta ata.

Saída da reunião de um Vereador

Nesta altura, ausenta-se da reunião o Sr. Vereador Luís Miguel Reinho de Oliveira Calha.

DIVISÃO DE CULTURA, DESPORTO E JUVENTUDE

Pelo **Sr. Presidente** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 1 – Atribuição de apoio financeiro às associações culturais do concelho com formação musical – Sociedade Filarmónica Palmelense “Loureiros”

PROPOSTA N.º DCDJ 01_22-16:

«A Câmara Municipal de Palmela considera indispensável continuar a apoiar as estruturas associativas do concelho que se dedicam ao ensino da música. O trabalho que essas entidades realizam ao longo do ano tem sido crucial para o desenvolvimento da música na nossa terra, contribuindo para o desenvolvimento cultural e o bem-estar das populações, em particular dos jovens.

Um dos apoios municipais tem consistido na atribuição de um apoio financeiro anual às escolas de música dessas entidades associativas.

Nestes termos, **propõe-se**, ao abrigo da alínea u) do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a atribuição de apoio financeiro no valor de 1.100,00 € (mil e cem euros) destinado à atividade da escola de música da associação abaixo identificada:

. Sociedade Filarmónica Palmelense "Loureiros" – 1.100,00 €.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Entrada na reunião de um Vereador

Nesta altura, a reunião volta a ser participada pelo Sr. Vereador Luís Miguel Reisinho de Oliveira Calha.

DIVISÃO DE CULTURA, DESPORTO E JUVENTUDE

Pelo **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** são apresentadas as seguintes propostas:

PONTO 2 – Atribuição de apoio financeiro às associações culturais do concelho com formação musical.

PROPOSTA N.º DCDJ 02_22-16:

«A Câmara Municipal de Palmela considera indispensável continuar a apoiar as estruturas associativas do concelho que se dedicam ao ensino da música. O trabalho que essas entidades realizam ao longo do ano tem sido crucial para o desenvolvimento da música na nossa terra, contribuindo para o desenvolvimento cultural e o bem-estar das populações, em particular dos jovens.

Um dos apoios municipais tem consistido na atribuição de um apoio financeiro anual às escolas de música dessas entidades associativas.

Nestes termos, **propõe-se**, ao abrigo da alínea u) do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a atribuição de apoio financeiro no valor de 3.900,00 € (três mil e novecentos euros), destinado à atividade das escolas de música das associações abaixo identificadas:

. Sociedade Filarmónica Humanitária – 1.100,00 €;

. Sociedade Filarmónica União Agrícola – 1.100,00 €;

. Sociedade de Instrução Musical – 1.100,00 €;

. Associação de Amigos Juntos pela Orquestra Nova de Guitarras – 600,00 €.»

Sobre a proposta de Atribuição de apoio financeiro às associações culturais do concelho com formação musical numerada DCDJ 02_22-16 intervêm:

O **Sr. Vereador António Braz** refere que concorda com a proposta, mas coloca uma questão, relativamente à disparidade nos valores. Inicialmente quando a questão foi colocada, a situação devia-se ao número de alunos. A Associação de Amigos Juntos pela Orquestra Nova de Guitarras recebe sensivelmente metade do que, as restantes enunciadas na proposta, e tal situação faz recordar, o que também se passa com alguns grupos de teatro, em que uns que recebem sempre um valor acima do que recebem outros.

O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** refere que, de facto, existe uma diferenciação e uma discriminação positiva, para as sociedades filarmónicas centenárias, uma vez que a atividade que desenvolvem no ensino da música não é tão circunscrita e comparativamente com a que é desenvolvida pela Orquestra Nova de Guitarras, existe um leque de ensino musical direcionado para outros instrumentos e esse é também um dos fatores diferenciadores desta proposta que foi apresentada.

Como é referido na proposta, trata-se de um dos vários apoios que o Município confere a estas estruturas musicais, abrangidas de acordo com o Regulamento de Apoio ao Associativismo, qualquer uma destas entidades foi apoiada no ano passado, como a título de exemplo, recentemente a Sociedade Filarmónica Palmelense "Os Loureiros" foi apoiada, no âmbito da requalificação da sede com um subsídio excecional, mas também através da cedência de equipamento para o Dia Mundial da Música em que foi atribuído o espaço do Cineteatro S. João. Salienta que com essa cedência, economizou-se em custos com o pessoal, luz e água e, para além disso, foi apresentado pela Sociedade um espetáculo de excelente qualidade para a população, bem como se registou receita com esse espetáculo que resultou da cedência deste equipamento por parte do Município. Para além destes apoios, também transportes são cedidos anualmente para o conjunto de protocolos que existem estabelecidos com as várias associações.

Brevemente irá apresentar-se uma proposta de apoio ao Festival Internacional de Música de Palmela, ao Festival Internacional de Saxofones que já foi apoiado noutras alturas, apoio logístico que é também concedido para várias iniciativas que vão sendo realizadas durante o ano, até ao próprio envolvimento destas estruturas, por exemplo, na Feira Medieval, que são pagas para participarem, mas que contribuem também para o sucesso das iniciativas. Este é também um exemplo do apoio que o Município presta, pelo que acredita que está explicada a diferenciação e que o apoio à cultura, neste caso ao ensino musical e à promoção do ensino não se esgota na presente proposta.

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** refere que não entende esta proposta, onde é apresentada uma quantificação geral. Acredita que os protocolos e os contratos-programa tinham um objeto e as instituições percebem que assim seja. Pelo que solicita esclarecimentos sobre se existe um

valor cumulativo que depois é avaliado a montante, uma vez que quando analisa um protocolo ou um contrato-programa referente a um Festival Internacional ou outro tipo de evento, fixa a atenção nesse objeto do contrato que é aceite entre ambas as partes. Não crê que depois se vá cortar os apoios às escolas de música ou outra qualquer. Evidentemente que existe algum equilíbrio, mas quando se configura um apoio para um contrato ou um protocolo, será porque existe um interesse específico que interessa delinear e clarificar e especificar de forma mais completa que um apoio geral a uma escola de música, e havendo estes fatores todos em relação às escolas de música, estão a falar dos apoios às escolas de música que refere, um faz um instrumento o outro faz 3 ou 4, mas não está delineado, um instrumento de guitarra vale 600 euros e depois dificilmente entende o resto da argumentação já que querem ir de uma forma tão analítica em relação ao que se está a ensinar e à quantidade do que se ensina. Considera esta questão das culturas e da educação, que a quantificação não tenha uma forte componente qualitativa, é mais fácil por este lado e depois temos que quantificar alguns dados em números e somatórios, pelo que não percebe, pelos vistos ter mais que um instrumento vale mais 500 euros nesta justificação e quem tem só um instrumento recebe 600 euros.

Considera que estas situações deverão ser mais estudadas e ser melhor explicadas para não ficarem com esta sensação que é mais 500 euros para todos os que têm mais um instrumento.

Pretendemos o esclarecimento, porque é que uma Associação que só toca guitarra não pode receber tanto quanto uma que toca mais instrumentos, por exemplo, posso ter outro tipo de atividade só com a guitarra que se torne uma referência e que mereça tanto como os outros. Se o objeto é mais difuso e disperso e tem maior quantidade então tem mais dinheiro! Considera que nestas áreas dever-se-á, quando for caso disso, contrariar essa tendência: *"isso é o que salta a olho, um tem uma filarmónica o outro tem uma orquestra de guitarras há mais instrumentos, não pode justificar só por isso a questão do dinheiro, sendo que nas instituições em si há coisas maiores, a Orquestra Nova de Guitarras até nasceu da SFUA, durante muito tempo recebeu o subsídio que ia para a SFUA, fazia parte da SFUA e depois autonomizou-se porque ganhou mais qualidade e se a mensagem que estamos a dar é que nesta autonomia depois fica sempre uma limitação porque somos uma parte específica e não porque temos um bocadinho de tudo, estou a fazer esta interpelação mais como um comentário mas foi a forma como a coisa me chega e como de resto não posso deixar de transmitir aquilo que senti na resposta, não tem propriamente uma crítica implícita, eu faria esta diferenciação com outra justificação que não o nº de instrumentos, provavelmente os públicos as faixas etárias, se tivesse que ir por aí."*

O **Sr. Presidente** esclarece ao Sr. Vereador Pedro Taleço que ao querer persistir na sua argumentação em termos de discordância dos critérios, acabou por entrar em contradição, porque se a Orquestra Nova de Guitarras fez parte da SFUA, naturalmente agora que está autónoma, não tem que receber o mesmo porque quando estava na SFUA, o bolo da SFUA era igual, e era para a SFUA e para a Orquestra Nova de Guitarras, essa é a contradição.

Acrescenta que não subscreve e que gostaria de dizer ao Sr. Vereador que o que o Sr. está a fazer é a pôr tudo no mesmo plano, filarmónicas centenárias com uma larga tradição no ensino da música, porque se formos pelo número também vamos criar injustiças, imaginemos que havia um regulamento como o Sr. gostaria com a tentativa de objetivação que só provoca injustiças, e refere que não se satisfaz com o nosso Regulamento de Apoio ao Movimento Associativo, porque ele não está a promover justiça e não é pelas questões que o Sr. apontou na altura, aliás ao irmos ao encontro das questões que o Sr. apontou na altura, e que eu também subscrevi, podíamos melhorar, considero que estamos a criar sempre ali alguma injustiça, e vou-lhe dar um exemplo: uma trompa, o Sr. sabe quanto é que custa uma trompa? E quanto é que custa uma guitarra clássica? Não se pode colocar tudo no mesmo plano, mas o que pretende esclarecer é que, mais que a preocupação de comparar, porque haverá sempre fenómenos, é que se fosse pelo número de alunos possivelmente a Sociedade de Instrução Musical da Quinta do Anjo que recomeçou há pouco tempo, tinha de receber muito menos porque tem menos alunos que a Sociedade Filarmónica Humanitária, que nem entra nestas contas, por causa do Conservatório Regional, que é um plano de ensino articulado com o ministério da educação, não tem nada a ver com isto. Agora o que reafirma é o seguinte: a Orquestra Nova de Guitarras antes não tinha qualquer apoio, ao contrário do que o Sr. afirma, a questão é que o apoio não lhe chegava, autonomizou-se e bem, criou uma associação e tem outros apoios do município. O que a Orquestra Nova de Guitarras solicitou e até tem uma reunião pedida ao Sr. Vereador Luís Calha e o Sr. Vereador pediu para estar presente nessa reunião, são questões de outra natureza, são questões de terrenos para instalações, a Orquestra Nova de Guitarras diz que quer ser autossustentável, a Orquestra Nova de Guitarras é o maior utilizador dos equipamentos municipais, desde a Igreja de Santiago, o Auditório Municipal do Pinhal Novo ao Cineteatro São João, a uma série de outras atividades, porque é à bilheteira, faz espetáculos com a Sinfonia de Lisboa porque, de facto, esta é outra forma de apoio. Considera que o que a Câmara fez, foi positivo ao isolar este “bolo” para o programa de ensino da música neste mandato, relativamente aos apoios atribuídos ao movimento associativo, deve haver uma linha específica só para este efeito, foi isso que se fez, progressivamente vamos monitorizando as necessidades, a solução não será baixar os que já recebem mais, a solução será ir aproximando a Orquestra Nova de Guitarras, se for essa a sua necessidade. Têm efetuado à Câmara Municipal outras solicitações e tem-se tentado ir ao encontro das mesmas, não se registando nenhuma injustiça, crê-se que é perceptível, mas refira-se que não há uma ausência de critérios: o Sr. Vereador pode não ter referido todos os aspetos que tiveram em consideração, mas para já é este o ponto de partida, temos por um lado, escolas de música que têm vários instrumentos e quase um professor para cada instrumento e é evidente que os miúdos pagam, na Orquestra Nova de Guitarras também pagam, como é normal, até porque “nós pagamos para tudo”, de facto a questão teve que ver essencialmente com o tipo de ensino, o investimento que é necessário.

A Câmara poderia fazer como outros municípios fazem, iam ao aniversário destas coletividades e fazer como outros autarcas fazem, levam uma trompa dos chineses que é mais barata, há saxofones que custam 5.000 euros e há saxofones que custam 350 euros e a gente levava um saxofone debaixo do braço e depois lá a frente da assembleia geral, entregávamos Não, a Câmara Municipal de Palmela entrega o dinheiro e “eles” fazem o investimento que entenderem, mas crê que o ensino que é feito nas Filarmónicas tem outros custos, em particular para o investimento nos instrumentos e na diversidade dos instrumentos das classes que possam existir e é por isso que se considera que esta diferenciação é justa.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

PONTO 3 – Atribuição de apoio financeiro à Associação das Festas de Quinta do Anjo para realização da 260.ª edição da Festa de Todos os Santos.

PROPOSTA N.º DCDJ 03_22-16:

«A Festa de Todos os Santos conhece este ano a sua 260.ª edição, realizando-se entre 29 de outubro e 1 de novembro. É uma das mais antigas festividades religiosas do concelho que tem mantido a sua regularidade em resultado de um forte e continuado envolvimento da comunidade, permanecendo viva até aos dias de hoje a memória da promessa de proteção da Aldeia de Quinta do Anjo face ao terramoto de 1755.

A valorização das tradições e história local é uma evidência nesta festividade, que marca a vida cultural e religiosa de Quinta do Anjo.

A Câmara Municipal de Palmela assume-se, uma vez mais, como parceiro na concretização desta iniciativa e apoiará também a sua realização, nos aspetos logísticos e de divulgação do evento, contribuindo dessa forma para minorar os custos de organização por parte da entidade organizadora.

Assim, e em conformidade com o disposto da alínea u) do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, **propõe-se** a atribuição de um apoio financeiro, no valor de 3.300,00 € (três mil e trezentos euros) à Associação das Festas de Quinta do Anjo como comparticipação na organização da 260.ª edição da Festa de Todos os Santos.»

Sobre a proposta de Atribuição de apoio financeiro à Associação das Festas de Quinta do Anjo para realização da 260.ª edição da Festa de Todos os Santos numerada DCDJ 03_22-16 intervêm:

O **Sr. Vereador António Braz** refere que os/a Eleitos/a do PS votarão favoravelmente a proposta e salienta que “nós não dizemos só mal”, também conseguimos anotar as atribuições que são feitas diferenciadas. Em 2015, o valor foi de 2.900 euros e, este ano, a Câmara

Municipal disponibilizou mais 400 euros, e isso é de salientar. Questiona se este valor contempla também o pagamento da eletricidade como se tem vindo a verificar nos outros eventos como a Festa das Vindimas, entre outras, e se contempla também o pagamento da eletricidade, ou se nesse valor não está incluída a eletricidade.

O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** refere que se trata de uma comparticipação financeira direta, depois o apoio logístico é aqui referenciado, relativo à montagem de palcos e outro tipo de apoios relacionados com a montagem da própria iniciativa.

O **Sr. Presidente** refere que o aumento da comparticipação não tem a ver com a internalização por parte da Associação de Festas dos custos das montagens elétricas que continuam a ser asseguradas pelos nossos serviços ou por alguma adjudicação externa que temos para o ano. Procuraremos no orçamento do próximo ano, fazer com que esta festa e outras, o que tem sido feito com as 3 ou 4 grandes festas do concelho, porque considera, em sua opinião, ser mais transparente, são custos muito significativos que não vêm ao subsídio e dá a sensação que o apoio municipal é só este, mas sabe-se que não é, mas para o exterior quem depois lê “isto” publicado num edital, num boletim ou num jornal, acreditada que falta sempre algo; procuraremos fazer isso.

O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** refere que não informou no início, mas realça que este aumento é um pequeno valor distintivo e que “no fundo”, representa um sinal de reconhecimento de uma nova dinâmica que a própria Associação tem vindo a promover.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

PONTO 4 – Alteração do Protocolo de Cooperação entre a Câmara Municipal de Palmela e a FIAR – Associação Cultural.

PROPOSTA N.º DCDJ 04_22-16:

«No quadro da estratégia de desenvolvimento cultural do Município de Palmela, a Câmara Municipal de Palmela tem contado com a parceria com parceiros culturais locais na prossecução destes princípios.

Os Protocolos de Cooperação são assim elemento fundamental do seu relacionamento com as estruturas associativas, no estabelecimento de relações que contribuam para o desenvolvimento cultural local.

Neste contexto, em 2015 a Câmara Municipal de Palmela firmou Protocolo de Cooperação com a FIAR – Associação Cultural, materializando-se o mesmo na organização do Festival Internacional de Artes de Rua em Palmela, o que aconteceu em julho de 2016.

Constata-se que os termos definidos no protocolo em vigor, têm sido cumpridos, no entanto as expetativas relativas aos apoios financeiros previstos, foram inferiores, nomeadamente por parte da Secretaria de Estado da Cultura, pelo que solicita a FIAR – Associação Cultural, uma alteração ao protocolo por forma a poder cumprir compromissos assumidos com a edição de 2016.

Assim, solicitam alteração da alínea b) da cláusula segunda:

Onde se lê:

b) Participar financeiramente com um valor global de 30.000,00 €, a atribuir da seguinte forma:

- i. 2015: 15.000,00 €
- ii. 2016: 10.000,00 €
- iii. 2017: 5.000,00 €

Passar a ter a seguinte redação:

b) Participar financeiramente com um valor global de 30.000,00 €, a atribuir da seguinte forma:

- i. 2015: 15.000,00 €
- ii. 2016: 15.000,00 €

Neste sentido, **propõe-se**, em conformidade com a alínea u) do n.º 1 do art.º 33º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a aprovação da alteração ao Protocolo de Cooperação com FIAR – Associação Cultural.»

Sobre a proposta de Alteração do Protocolo de Cooperação entre a Câmara Municipal de Palmela e a FIAR – Associação Cultural numerada DCDJ 04_22-16 intervêm:

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** recorda a questão dos protocolos e refere para que é que um protocolo serve? Para afinar em função da realidade e em função dos constrangimentos que, a persecução dos objetivos eventualmente possam ter por este ou por outro outorgante. Percebe-se, neste caso, onde é que estão os constrangimentos da Associação FIAR em relação a este festival que, em seu entender, estão situados financeiramente em dois prismas diferentes, que depois resultam num só, ou seja, resulta que um orçamento global é insuficiente para fazer um festival desta natureza, a não ser que algumas das entidades extrapolem este tipo de valores, porque 30.000 euros e vendo a expectativa da Secretaria de Estado da Cultura, que depois se materializou em 5.000 euros e estou a falar de 30.000 euros em 3 anos, em princípio tem duas edições e um ano de preparação pelo meio, deverá ser esta a métrica. Os protocolos servem para tornar as atividades e os projetos exequíveis perante uma realidade e perante a vontade

de quem o assina. Acompanharemos sem qualquer tipo de questão este “afinar” do protocolo, com expectativas do que será a evolução deste protocolo após 2017, até porque havendo um ano de pausa, 2018 será um ano de FIAR e temos alguma expectativa em ver como se aprendeu, porque existem aqui questões que correram menos bem, algumas externas de quem assinou os protocolos e, portanto, a questão do financiamento é em si estruturante em toda esta matéria. Por outro lado, rever este protocolo implicou para nós, um lembrar do que tinha sido assinado e aprovado em dezembro de 2014 e eis que quando estivemos a ver o que é que a Câmara Municipal se obrigou, para além do financiamento, deparamos com a questão de uma sede, à cedência de instalações, que pelos vistos não está cumprido. Arriscamo-nos a chegar ao fim deste protocolo sem cumprir a alínea f) da cláusula 2ª que diz respeito à cedência de instalações para o desenvolvimento da atividade da Associação, de acordo com futuro contrato de comodato a estabelecer entre as partes. Esta é uma parte estruturante para o trabalho, presume-se que os dirigentes desta Associação estejam a trabalhar nas casas deles com os meios que podem - “é uma presunção”, e que as próprias atividades dentro do que é a autonomia de uma associação para as desenvolver ficam assim postas em causa. Possuir instalações que funcionam como uma sede e um polo de atividade não vai o Sr. Vereador convencer-nos que é o mesmo, que uma cedência a determinadas horas ou seja qual for o formato que tenham encontrado e que eventualmente possa estar a presumir, havendo aqui um festival que tem calendário, que tem espaço e que tem qualidade para ocupar esse mesmo calendário na prossecução de uma Palmela dinâmica com um ano de atividades e projetos que diferenciem em relação a toda a oferta que existe em nosso redor, temos todas as condições para repensar o que não foi suficientemente pensado ou não foi pensado da melhor maneira, aprender em função dos resultados que fomos obtendo nestes anos e das dificuldades que existiram, na esperança como é óbvio, que a Secretaria de Estado da Cultura retome financiamentos mais naturais para este festival, que não são claramente valores como 5.000 euros.

O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** refere que a presente proposta vai ao encontro do que são as expectativas da Associação FIAR, perante uma realidade e necessidade, fez-se esta proposta de antecipação de verba, que estava protocolada com a Câmara Municipal. O que estamos hoje a apresentar é uma proposta que visa ir ao encontro dessa expectativa. Relativamente ao facto do orçamento global ser ou não insuficiente, como o Sr. Vereador Pedro Talego diz ser, e nós acreditamos e sabemos que o é, não é da responsabilidade da Câmara.

Existe uma organização, que se denomina Associação FIAR que organiza um evento, ao qual a Câmara Municipal de Palmela se associa, na medida das suas possibilidades, atribuindo para o efeito, uma participação financeira, no âmbito de um protocolo, que é assinado por ambas as partes. A Câmara vai mais além, quando diligencia junto da Administração Central e consegue garantir um apoio da Secretaria de Estado da Cultura, embora um apoio insuficiente para as necessidades do FIAR. De salientar que o Sr. Presidente teve a oportunidade de reunir

com o anterior Secretário de Estado da Cultura e agora com o atual, por forma a garantir apoio para o evento, considerando assim que a Câmara assumiu um compromisso, que vai para além do que está protocolado. Caberá à Associação FIAR e também aos seus associados, refletirem sobre o evento, e a Câmara também estará disposta para o fazer em parceria de forma a contribuir para que o FIAR evolua e continue a ser um marco de referência no concelho de Palmela e sua região.

Esclarece que, sobre a questão das instalações, trata-se de uma matéria em que existem alternativas que estão identificadas e que não é por causa disso a Associação não tem ensaiado, o Cineteatro São João, tem sido utilizado reiteradas vezes para os ensaios desta Associação, tal como outros equipamentos municipais têm sido solicitados e cedidos para o mesmo fim.

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** questiona sobre qual é o ponto da situação, provisoriamente já referiu que a situação está resolvida com cedências de espaços, mas em termos do que está protocolado, qual é a expectativa do Sr. Vereador em relação à cedência de umas instalações a título de utilização mais permanente e não tão pontual como a cedência de vários equipamentos municipais, ou essa cedência pontual está incluída neste ponto do protocolo?

O **Sr. Presidente** conclui que o Sr. Vereador Luís Calha já esclareceu que estão a ser equacionadas alternativas em relação a um espaço que foi inicialmente identificado, situação que está a ser trabalhada pelos serviços e irá ser objeto de concertação entre o Sr. vereador e os responsáveis da Associação. Não antecipa qual poderá ser o espaço, mas adianta que existem dois.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

PONTO 5 – Contratos Programa de Desenvolvimento Desportivo entre o Município de Palmela e o Grupo Desportivo Estrelas de Algeruz e a União Desportiva da Palhota.

PROPOSTA N.º DCDJ 05_22-16:

«Considerando que:

- De acordo com o enunciado no n.º 1 do artigo 5.º da Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro, que cabe ao Estado e às autarquias locais articularem e compatibilizarem as respetivas intervenções, direta ou indiretamente, no desenvolvimento da atividade física e no desporto, num quadro descentralizado de atribuições e competências;
- O Grupo Desportivo Estrelas de Algeruz e a União Desportiva da Palhota dinamizam a Dança Desportiva, mantendo uma prática regular e consolidada, que tem resultado na

melhoria da qualidade dos seus praticantes, que participam e têm obtido resultados relevantes nas provas que compõem os quadros competitivos oficiais da modalidade de Dança Desportiva, estando também presentes em competições a nível nacional e internacional, obtendo resultados relevantes;

- Desde o início da prática das Danças de Salão que a autarquia tem apoiado, a vários níveis, a sua manutenção e desenvolvimento;
- A experiência dos protocolos que vigoraram entre ambas as partes é considerada positiva, a Câmara Municipal e os grupos entendem que se justifica a manutenção da parceria institucional entre as duas entidades com vista a garantir, de uma melhor forma, a continuidade desta atividade;
- A intervenção municipal tem como um dos eixos estratégicos o desenvolvimento sociocultural, com investimento na educação, na cultura, no desporto, na juventude e na intervenção social e que importa valorizar a dinâmica associativa, tendo em conta a sua diversidade e especificidade, sempre na perspetiva de articulação entre a racionalização dos recursos disponíveis e a maximização das atividades dinamizadas;
- A autarquia, no âmbito da sua política de apoio ao associativismo, aprovou, em 2014, o novo Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo que consagra, entre outros aspetos, a possibilidade de serem estabelecidos protocolos específicos de cooperação;

e na sequência dos pedidos de apoio solicitados pelo Grupo Desportivo Estrelas de Algeruz e pela União Desportiva da Palhota, substanciado na apresentação dos seus Programas de Desenvolvimento Desportivo, **propõe-se** que, ao abrigo do disposto na alínea f) do n.º 2, do artigo 23.º, da alínea u), do n.º 1, do artigo 33.º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, artigos 6.º, 46.º e 47.º, todos da Lei nº 5/2007, de 16 de janeiro, que aprovou a Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto, bem como o Decreto-lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, que veio estabelecer o regime jurídico dos Contratos-Programa de Desenvolvimento Desportivo, a aprovação dos Contratos Programa entre o Município de Palmela, o Grupo Desportivo Estrelas de Algeruz e a União Desportiva da Palhota, em anexo, e que fazem parte integrante da presente proposta, que define os termos de cooperação entre as partes no âmbito da promoção e desenvolvimento da Dança Desportiva.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O **Sr. Presidente** começa por agradecer a presença do público. Seguidamente, dá a palavra a quem queira intervir.

Sra. Dolores de Matos, em representação do grupo de teatro "As Avozinhas" (1.)

Começa por dizer que a Associação está disponível para continuar a conversar sobre este assunto e sobre este problema. Coloca a questão, referindo que neste momento lhe parece ser muito urgente abordar o tema sobre a sede, salientando que a Câmara Municipal de Palmela sempre cedeu espaços para ensaios quando era possível e não quando a Associação precisava.

O Grupo Teatro das Avozinhas é desde 2008 um "projeto satélite âncora" do FIAR e do ponto de vista da Associação FIAR, não está a ser tratado devidamente, não porque considere que seja má vontade dos eleitos e das pessoas presentes nesta reunião, mas porque considera que este é um assunto que deverá ser abordado e também porque na realidade o Grupo de Teatro As Avozinhas, têm de ensaiar quase todos os dias, pois têm um trabalho muito intenso, uma vez que estão com o "Tofim" no Teatro o Bando e no final do mês irão para York.

Refere ainda que "levam o nome de Palmela a todo o lado" e que gostariam de ver discutido, não agora neste momento, mas numa outra altura, a questão das deslocações, pois para se deslocarem para a sede de O Bando para fazer espetáculos e havendo pessoas que são de fora, solicitávamos transportes, por exemplo, seria tão simples como ir buscar a Cristina Chapa, que é um elemento que não tem mobilidade, aliás quase todos os elementos não têm mobilidade e são os próprios da Associação a transportar com as próprias viaturas as pessoas. Solicitava a compreensão da Câmara nesta questão e sensibilidade para entender que se trata de um grupo que existe desde 2002 e que é efémero, que vai acabar brevemente, quando "elas acabarem", pois termos essa atenção, essa paixão e esse cuidado, quando se tem um discurso para os mais velhos e na prática como é que é possível sustentarmos as nossas ideias e o que é defendido na realidade.

Sra. que não se identifica, em representação do grupo de teatro "As Avozinhas" (2.)

Refere que está presente porque gosta muito da vila de Palmela, uma vila que tem sido maravilhosa na cultura. Quando formámos este grupo das avozinhas e que já deu muito que falar, pois toda a gente conhece as avozinhas, era hábito ter certos apoios, tanto para sítios onde se podia ensaiar, "andam sempre de um lado para o outro, não existe uma coisa certa", e outra situação, reside longe. Já faz parte do grupo de teatro há muito tempo, como é do conhecimento do Sr. Presidente, também faz poesia, porque no seu entender a "cultura é o principal" e Palmela tem boa fama nisso. No seu entendimento, Palmela é primeiro que tudo histórica, tem coisas maravilhosas, tem um povo como todos nós, simples e que "dá ama a Palmela, que faz sentir bem".

Demonstra, no entanto, decepção quando não foi possível cederem um carro para a irem buscar, reside em Aires e tem de ser ora um ora outro elemento do grupo para a transportar. Parece

que tudo está a morrer e não quer que Palmela morra, quer que tenha a cultura que tinha, quer que sejam todos unidos porque a melhor coisa que se pode ter é a cultura. Palmela é uma vila pequenina, mas tão bonita e com tanta cultura. Suplica para que não lhes tirem o pouco que tinham, deixem as avozinhas, pessoas que já viveram muitos anos e que têm no coração muita sabedoria, pelo que pede consideração pelo grupo. Refere novamente que gosta de Palmela, da Câmara, gosta de tudo em Palmela. Pede ajuda, porque este povo é humilde mas tem muita cultura principalmente, as avozinhas têm força, garra e serão sempre até que um dia as leve. Agradece e pede desculpa se está a maçar, mas disse o que o coração sente, e pensem nas avozinhas e na vossa cultura.

Relativamente às intervenções do Público, é dada a seguinte resposta.

O **Sr. Presidente** começa por referir que relativamente à Associação FIAR, naturalmente que terão de reunir para definir objetivos, programar os próximos ciclos que ultrapassarão 2017/2018 e certamente que com o Sr. Vereador, teremos a oportunidade de trabalhar com a Associação. Relativamente às avozinhas, refere que é evidente que as avozinhas não vão acabar, considera que a sua atividade lhe dá uma maior perenidade, não só no património de trabalho que já realizaram sob a direção da Dolores de Matos, mas porque considera e espera uma longa vida e que continuem a trabalhar durante muitos anos, de preferência também a fazer teatro. As avozinhas têm tido também outros apoios neste FIAR e, felizmente, têm sido envolvidas para outras dinâmicas com outros grupos de teatro, para outros eventos nacionais e internacionais, facto que considera importante em Palmela, que outras organizações, outros eventos, venham buscar gente aos grupos locais.

Em relação aos apoios, julga terem um apoio específico e também anual no âmbito do programa de teatro, que segue via, calcula que seja pelo FIAR ou talvez pela Associação de Idosos de Palmela. Relativamente aos espaços, e refere que por vezes têm que ousar, sem prejuízo de perseguirem o ideal de possuírem umas instalações próprias, que sejam vossas, em que podem a qualquer hora, arrumar, desarrumar, deixando como entenderem, tal seria o ideal, mas é preciso caminhar até ter essa situação ideal, pois considera que existem espaços, coletividades que se encontram fechadas durante o dia e que podem albergar estas dinâmicas, mas relativamente aos espaços fala-se para o FIAR e para as Avozinhas.

Relativamente aos transportes, trata-se de uma questão mais complexa. Uma situação é quando existe um determinado projeto que após ser apresentado ao Município, como por exemplo um espetáculo do FIAR, é planeado o tipo de apoio que é solicitado, financeiro, transportes, algo que é analisado e tecnicamente programado para ser contemplado. Outra situação é, quando o FIAR, tem um desafio ou como atualmente um projeto no Bando e num outro dia num outro local, a estrutura municipal conseguir responder a pedidos de transporte

individuais. Refere como exemplo, o caso do Teatro da Vila, que move cerca de 50 crianças, que possui bastantes associados, trata-se de uma realidade que pouca gente conhece, também não tem instalações. Refere outro exemplo, existem grupos de teatro com elementos a residir no Bairro Alentejano e Barreiro, nesse caso, também solicitam transporte para poderem ir ensaiar no Cine Teatro São João ou no Auditório Municipal de Pinhal Novo, e tal não é possível planificar. Os transportes da autarquia felizmente que são muito requisitados pelo movimento associativo, pelo que gostávamos de poder satisfazer mais pedidos de transporte e de não ter limitações em relação às horas extraordinárias. No entanto, a primeira missão é assegurar os transportes escolares, mesmo em viaturas individualizadas, pois o transporte escolar não se faz apenas com o autocarro, uma vez que várias viaturas durante o dia fazem circuitos dedicados onde transportam uma ou duas crianças, alunos com necessidades educativas especiais. Refira-se também que, os motoristas têm de descansar para fazerem outros horários em seguida, o que dificulta muito.

Se for algo planificado, do género “vamos ter uma produção em abril do próximo ano ou em março no âmbito do mês do teatro (isto é um exemplo, não estou a induzir nada)”, para essa mesma produção vão precisar de transportes 2 ou 3 vezes por semana, numa determinada hora, os serviços municipais têm a obrigação de analisar tecnicamente, de planear atempadamente, nestes casos a logística terá que responder favoravelmente ou não. No final do ano, com as horas extraordinárias praticamente gastas, que gostaria que fizessem mais, porém o problema é que os funcionários não querem fazer mais porque são mal pagas, a Câmara não consegue satisfazer. Acredita, porém que, com uma planificação mais atempada haverá situações que seja possível responder e outras que infelizmente não. Não por má vontade, mas porque depois existe a questão dos precedentes, existem outros pedidos da mesma natureza e também têm de ser tratados de igual modo. Reconhece o facto de existirem pessoas com mobilidade reduzida, pois um jovem pode ir num comboio e pode ir até ao Algarve ou até ao Pinhal Novo, sabemos diferenciar essas situações e temos tido sensibilidade para tal realidade, contudo advoga uma maior planificação, maior diálogo para se poder responder a algumas solicitações, sendo certo que ninguém tem a pretensão de ser possível responder na plenitude, contudo, e conclui que continuam disponíveis para dialogar e deseja longa vida às Avozinhas.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO

Cerca das dezoito horas e quinze minutos, o **Sr. Presidente** declara encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que eu, *Paulo Eduardo Matias Gomes Pacheco*, Diretor do Departamento de Administração e Desenvolvimento Organizacional, redigi e também assino.

O Presidente

Álvaro Manuel Balseiro Amaro

O Diretor do Departamento

Paulo Eduardo Matias Gomes Pacheco